

**ATA DA 247ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves  
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3 **DATA:** 02/10/2019

4 **HORÁRIO:** 14h00min

5 **PRESENTES:**

6 **CONSELHEIROS TITULARES**

7 Agostinho Luiz Schiochetti (Ass. De Aposentados e da Terceira Idade)

8 Altamiro Bittencourt (AHESC)

9 Brás Vieira (FEHOESC)

10 Carmen Regina Delziovo (SES)

11 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)

12 Cleusa Maria Pereira (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

13 Daniela Soares Almeida (Trabalhadores Rurais)

14 Dulce de Castro Quevedo (SES)

15 Gisele Kraieski Knabben (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

16 Helen Bunn Schmitt (Associações Profissionais Área da Saúde)

17 Irma Manuela Paso Martins (Mov. LGBTT e de População de Rua)

18 João Fernandes Floriano (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

19 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

20 Karen Berenice Denez (Conselhos Reg. Área da Saúde)

21 Leonilda Delourdes Gonçalves (Organizações Religiosas)

22 Luiz Antônio da Silva (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

23 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)

24 Raquel Ribeiro Bittencourt (SES)

25 Rogério Mendes Ribeiro (MS)

26 Ronaldo Scoz Duart (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

27 **CONSELHEIROS SUPLENTE**

28 Cleidson Valgas (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

29 Heide Gauche (MS)

30 Micheline Moreira Kemper (SES)

31 **JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA**

32 Carmem Regina Delziovo (SES)

33 Cleia Aparecida Clemente Giosole (Ass. Moradores)

34 Gilberto Antônio Scussiato (Ass. De Aposentados e da Terceira Idade)

35 Maria Estela da Conceição (Mov. LGBTT e de População de Rua)

36 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

37 A 246ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min, com a  
38 presença dos Conselheiros acima nominados e sob a coordenação do Presidente do CES, Jorge  
39 dos Passos Corrêa Cobra.

40 **DOCUMENTOS RECEBIDOS/EXPEDIDOS**

41 Comunicação interna/GEAUD/SES - Encaminha Relatório Mensal de Auditoria referente ao  
42 mês de agosto;

43 Ofício do Ministério da Saúde - Encaminha cópia do relatório final de auditoria realizada na  
44 Secretaria Municipal de Saúde de José Boiteux;

45 Ofício do Ministério da Saúde - Encaminha cópia do relatório final de auditoria realizada na  
46 Secretaria Municipal de Saúde de Bagaçu;

47 Ofício do Ministério da Saúde - Encaminha cópia do relatório final de auditoria realizada na  
48 Secretaria Municipal de Saúde de Zortéia.

49 **APROVAÇÃO DA ATA**

50 A Conselheira Maria Izabel Giroto solicitou a inclusão da fala do Conselheiro Gilberto  
51 Scussiato, que solicita uma moção de condolências à Conselheira Cléia Aparecida Clemente  
52 Giosole por conta do falecimento de seu irmão. A ata da sessão de julho foi aprovada com a  
53 alteração solicitada pela Conselheira Maria Izabel Giroto.

#### 54 **RELATOS DE REPRESENTAÇÕES E PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS**

55 O Presidente Jorge dos Passos Corrêa Cobra relatou sua participação na X Plenária Estadual  
56 de Conselhos de Saúde, que aconteceu no dia 11/09/2019, em Concórdia/SC, na qual o  
57 Conselheiro Agostinho Luiz Schiochetti foi eleito Coordenador Estadual da Plenária de  
58 Conselhos em Santa Catarina. Informou, ainda, que a Macrorregião da Grande Florianópolis  
59 não teve Coordenação eleita, ficando o Conselho Estadual incumbido de fazer essa indicação.  
60 As Conselheiras Leonilda Delourdes Gonçalves e Cecília Alves de Lima foram indicadas  
61 como Coordenadora e Coordenadora Suplente, respectivamente. A Conselheira Maria Izabel  
62 Giroto relatou a sua participação na Audiência Pública na ALESC, em que foi apresentada a  
63 Prestação de Contas da SES, referente ao 2º Quadrimestre de 2019. O Conselheiro Agostinho  
64 Luiz Schiochetti falou da sua eleição na Plenária de Conselhos e disse que a Plenária  
65 trabalhará em parceria com o Conselho Estadual para estreitar a relação com os conselhos  
66 municipais. O Presidente Jorge dos Passos Corrêa Cobra sugeriu e o Conselho acatou a  
67 aprovação de uma Moção de Agradecimento à Secretária Municipal de Saúde do Município de  
68 Xanxerê, Irene Goralski, e também à Secretaria Municipal de Saúde de Concórdia, pela  
69 colaboração na realização da Plenária.

#### 70 **ITEM I – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º QUADRIMESTRE SES/2019;**

71 A Gerente de Planejamento da SES, Dulce de Castro Quevedo, acompanhada da equipe  
72 técnica da SES, fez a apresentação da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre da SES/2019,  
73 previamente enviada ao Conselho. O Conselheiro Braz Vieira disse que o Conselho deveria  
74 parabenizar os municípios com experiências exitosas no SUS. Segundo o Conselheiro, esses  
75 municípios precisam saber que o Conselho tem conhecimento e reconhece seus méritos. O  
76 Conselheiro solicitou o envio da lista com a fila de espera, por especialidades, ao Conselho. O  
77 Conselheiro Cleidson Valgas questionou qual o público alvo da capacitação realizada sobre as  
78 organizações sociais mencionada na prestação de contas. Dulce informou que a capacitação foi  
79 para técnicos da SES. O Conselheiro Cleidson Valgas perguntou se a Política Hospitalar  
80 apresentada ao CES já está em andamento e como ficam os hospitais de gestão própria dentro  
81 da Política. A Superintendente de Planejamento, Carmen Delzivo, disse a SES recebeu  
82 algumas solicitações questionando os portes dos hospitais e está respondendo todas. Informou  
83 que está em processo de elaboração o termo de referência para o edital de reconstrução  
84 dos hospitais que estão sob gestão estadual. Explicou que no segundo semestre de 2020 será  
85 realizada uma reavaliação da Política. Com relação aos hospitais próprios, eles não receberão  
86 o incentivo da Política Hospitalar, pois já são custeados pelo Estado, mas eles terão todas as  
87 obrigações, inclusive as obrigações com a Saúde Mental e Saúde da Mulher, com uma gestão  
88 para melhorar o acesso aos serviços de Saúde. Com relação à vigilância, nesse momento, não  
89 entrou como item específico, mas é um apontamento para melhorar a Política no próximo ano,  
90 nos critérios de acompanhamento. O Conselheiro Cleidson falou sobre os alvarás sanitários,  
91 que segundo ele, muitas unidades próprias não os têm. A Superintendente Carmen informou  
92 que, por determinação do Secretário, foram implantados dentro das unidades, escritórios de  
93 qualidade e uma das ações é que todas as unidades tenham alvarás sanitários. O Conselheiro  
94 Ronald Ferreira dos Santos disse que acompanhou a apresentação do relatório trimestral  
95 na ALESC e que viu bastante ênfase na política hospitalar. Falou que o relatório está bastante  
96 adequado ao que se buscou alcançar nesses quatro meses. Destacou a importância de o Estado  
97 chamar para si o comando da política hospitalar, mas que há um debate que tem sido  
98 construído no planejamento e que foi expresso no PPA, que é a questão da Atenção Primária.  
99 O Conselheiro falou que, recentemente, foi colocada pelo Ministério da Saúde uma consulta  
100 pública sobre uma carteira de serviços. Que está no Congresso Nacional um projeto de  
101 Decreto Legislativo, subscrito do Ministro da Saúde, que suspende a Política Nacional de  
102 Atenção Básica do ano passado. Segundo o Conselheiro, há um debate muito nebuloso em

103 torno da atenção primária e que se faz necessário se organizar e sistematizar esse debate em  
104 Santa Catarina, mobilizando usuários, gestores, prestadores e trabalhadores. O Conselheiro  
105 Vice Presidente, Luiz Antônio da Silva, disse que, referente à questão financeira, a fala do  
106 Professor Daniel Corrêa da UNIVALI, no Conselho, sobre a questão da dívida pública, ainda  
107 carece de encaminhamentos. Um deles, segundo o Conselheiro, é que o Pleno do CES pudesse  
108 recomendar uma auditoria na dívida pública do Estado. Luiz Antônio também falou sobre os  
109 núcleos de notificações de acidentes de trabalho. Ressaltou a importância de as notificações  
110 serem feitas com qualidade para realmente retratarem o que de fato aconteceu e que o Estado  
111 realize uma política de prevenção de acidentes no trânsito. O Conselheiro reforçou a fala do  
112 Conselheiro Ronald Ferreira dos Santos. A Conselheira Raquel Ribeiro Bittencourt informou  
113 que o Ministério da Saúde está liderando, e a SES coordenando, um grande grupo de trabalho,  
114 envolvendo DETRAN, CES, Corpo de Bombeiros, PRF, PM e diversos representantes. Disse  
115 que o debate amplo e não é fácil, mas o acidente de trânsito é um determinante social que  
116 pressiona a Saúde. Ressaltou que há muitas coisas a serem revistas e tem que se fazer esse  
117 enfrentamento, pois essa discussão envolve diversos interesses. Não havendo mais falas, o  
118 Presidente encerrou o item de pauta Prestação de Contas da SES- 2º Quadrimestre 2019.

## 119 **ITEM II - ESCLARECIMENTO SOBRE ANÁLISE DOS CONTRATOS DE GESTÃO** 120 **DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS;**

121 O Gerente de Acompanhamento da Execução das Metas Contratuais das  
122 Organizações Sociais, Mário José Bastos Júnior informou que atualmente a SES tem sete  
123 unidades sob gestão de organizações sociais. Disse que cada contrato de gestão é  
124 acompanhado e fiscalizado por uma comissão, Essa comissão é formada por representantes da  
125 Secretaria de Administração, da Secretaria da Saúde, da Entidade contratada, da unidade  
126 administrada, dos servidores, conselhos municipais de saúde e Conselho Estadual de Saúde.  
127 Falou que essas comissões se reúnem a cada três meses, com a função de avaliar,  
128 supervisionar e fiscalizar os contrato de gestão e aprovar ou não as prestações de contas. Mário  
129 explicou que a análise das prestações de contas é feita da seguinte forma: A Gerência de  
130 Acompanhamento da Execução das Metas Contratuais elabora a cada três meses um relatório  
131 denominado relatório de acompanhamento da execução. Esse relatório é elaborado com base  
132 nas informações que as entidades entregam e que são confrontadas com os dados oficiais de  
133 produção que a SES possui. Esse relatório, ao seu final, tem o parecer conclusivo que é  
134 apresentado à comissão. O Gerente informou, também, que além do relatório, a Gerência de  
135 Contabilidade da SES apresenta a prestação de contas propriamente dita, com um parecer  
136 aprovando ou não a prestação de contas. Falou que, após a apresentação desses documentos na  
137 Comissão, o relatório é submetido à aprovação. Segundo Mário José Bastos Júnior, as  
138 Comissões de Acompanhamento e Fiscalização das OSs têm contribuído de forma decisiva  
139 para o bom andamento dos contratos. Explicou que depois de aprovados, os relatórios são  
140 publicados e encaminhados à ALESC, CES, Secretaria de Administração e Saúde. Informou  
141 que todos os contratos de gestão estão disponíveis na página da SES. O Conselheiro Braz  
142 Vieira ressaltou que a SES teve uma iniciativa muito positiva em fazer com que as  
143 organizações sociais tivessem certificação. Disse que é um início de trabalho na busca da  
144 qualificação dessas organizações. Enfatizou que quem ganha com isso é o usuário do SUS. O  
145 Conselheiro Cleidson Valgas lembrou que no mês de maio ingressou na Comissão de  
146 Avaliação e Fiscalização do Hospital Florianópolis. Relatou que solicitou informações e  
147 orientações sobre como seria sua participação na comissão, porém diferentemente do que foi  
148 explicado agora pelo Gerente, as explicações solicitadas por e-mail foram insuficientes. Disse  
149 que solicitou que os documentos fossem enviados com bastante antecedência para possibilitar  
150 uma melhor análise pelos membros das comissões, porém segundo o Conselheiro, os  
151 documentos chegaram uma semana antes da data da reunião, não havendo tempo hábil pra  
152 uma boa análise. O Conselheiro Cleidson Valgas informou seu desligamento Comissão de  
153 Avaliação e Fiscalização do Hospital Florianópolis, pois além das dificuldades mencionadas,  
154 também existem dificuldades pessoas que impedem sua participação. A Conselheira Cleusa  
155 Maria Pereira questionou se relatos de servidores que trabalham nas organizações sociais são

156 levados em conta pelas comissões. Mário José Bastos Júnior explicou que quando chega  
157 algum tipo de denúncia ou apontamentos, a Gerência vai à unidade e apura os fatos. O  
158 presidente Jorge Cobra agradeceu a participação do Gerente Mário José Bastos, que se colocou  
159 à disposição do Conselho sempre que for necessário.

160 **ITEM II – APROVAÇÃO DE RESOLUÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO DAS**  
161 **PROPOSTAS DA 8ª CONFERÊNCIA;**

162 O Secretário Executivo do CES, José Carlos da Cruz, leu a proposta de resolução, como segue:  
163 *O PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA, (CES), em*  
164 *sua Ducentésima Quadragésima Sétima Reunião Ordinária, realizada no dia 02 de setembro*  
165 *de 2019, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº*  
166 *8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei nº*  
167 *9.120, de 18 de junho de 1993; pela Lei nº 16.535, de 23 de dezembro de 2014 e pela Lei*  
168 *Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; e*

169 *Considerando que a Constituição Federal de 1988 estabelece a “saúde como direito de todos*  
170 *e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do*  
171 *risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços*  
172 *para sua promoção, proteção e recuperação”;*

173 *Considerando que as Conferências de Saúde são instâncias colegiadas do SUS que*  
174 *implementam a diretriz constitucional de participação social na gestão da saúde, conforme*  
175 *Art. 198, inciso III; considerando que o Art. 1º, §1º, da Lei Federal nº 8.142/1990 define que*  
176 *cabe à Conferência de Saúde “avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a*  
177 *formulação da política de saúde nos níveis correspondentes”;*

178 **RESOLVE**

179 *Art. 1º - Homologar e publicar as diretrizes, propostas e moções aprovadas na 8ª Conferência*  
180 *Estadual de Saúde, com vistas a desencadear os efeitos previstos legalmente para a*  
181 *formulação de políticas de saúde e a garantir ampla publicidade.*

182 O Pleno do Conselho aprovou a Resolução para homologação das propostas da 8ª conferência.

183 **RELATO DAS COMISSÕES**

184 O Coordenador da Comissão de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, Cleidson Valgas,  
185 relatou que a reunião aconteceu hoje pela manhã e foi discutida a inclusão na política  
186 hospitalar se o hospital possui ou não de núcleo de vigilância, como critério de valoração.  
187 Solicitou que sua fala na reunião de junho referente à realização de uma audiência pública na  
188 ALESC, referente à dívida pública do Estado, seja colocada na íntegra na ata daquela sessão.  
189 O Presidente Jorge Cobra solicitou que o Conselheiro Cleidson faça uma solicitação por  
190 escrito e organize a realização da audiência.

191 **INFORMES**

192 O Conselheiro Cleidson Valgas informou que desde julho deste ano está em falta nas unidades  
193 básicas de Saúde, a vacina pentavalente. Relatou que fez a denúncia na auditoria do Município  
194 de Florianópolis, na auditoria do Estado e no Ministério Público. Disse que não recebeu  
195 resposta até o momento do Ministério Público. Já o município alegou que a distribuição da  
196 vacina é federal. No Estado o Conselheiro recebeu a resposta que havia sido dada em nota pelo  
197 Ministério da Saúde, que houve problemas com o lote. Enfatizou que essa é uma situação  
198 bastante séria e sugeriu que o Conselho emita uma nota sobre essa situação cobrando  
199 providências. A Conselheira Carmen Delziovo informou que realmente foi um problema no  
200 lote, que o Estado está acompanhando, porém foge da alçada do Estado adquirir vacinas. O  
201 representante do Ministério da Saúde no Conselho, Rogério Ribeiro, disse que o Ministério  
202 solicitou o retorno do fornecimento e que houve um problema no lote. Ressaltou que essa,  
203 também, é uma grande preocupação do Ministério da Saúde e que providências estão sendo  
204 tomadas. A Conselheira Cleusa Maria Pereira concordou com a fala do Conselheiro Cleidson e  
205 informou que seu sindicato, o SINDPREVS, irá enviar um documento ao Estado e ao

206 Ministério cobrando a resolução dessa situação da falta de vacina. O Conselheiro Cleidson  
207 Valgas, que representa o SINDSAÚDE no Conselho, informou que na semana passada,  
208 quando foi entregar o jornal do sindicato aos servidores, recebeu a informação na portaria que  
209 a entrega só seria possível antes da catraca de entrada. Disse que essa situação nunca havia  
210 acontecido. Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a  
211 Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

212

**Florianópolis, 02 de outubro de 2019.**